

RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA
realizada pela
COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
em **DIVINÓPOLIS**

ALMG

Consultoria Temática da CSP

Obs.: Relatório sem revisão ortográfica e gramatical

Divinópolis, 25/5/2010

I - Apresentação

Em 25/5/2010, realizou-se, no Auditório da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, a 15ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública. Requerida pelos Deputados João Leite, Presidente da Comissão, Maria Tereza Lara, Vice-Presidente, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, teve por objetivo debater questões relativas à segurança pública na 7ª Risp.

Além dos Deputados João Leite, Maria Tereza Lara e Domingos Sávio, compuseram a Mesa: Vladimir de Faria Azevedo, Prefeito de Divinópolis; Gilberto Tavares Machado, Vereador, representando o Presidente da Câmara Municipal de Divinópolis; Fabio Barbieri Caetano, Promotor de Justiça, representando o Procurador-Geral de Justiça; Daniel Souza Silva, Delegado-Chefe de Polícia Federal em Divinópolis, representando o Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal em Minas Gerais; Cláudia Brígido, Mediadora da Integração da Gestão em Segurança Pública – Igesp –, representando o Secretário de Estado de Defesa Social; Maria das Graças Silva Torres, Diretora da Superintendência Regional de Ensino de Divinópolis, representando a Secretária de Estado de Educação; Elizânia de Oliveira Silva Leal, Analista de Desenvolvimento em Políticas Públicas, representando a Secretária de Estado de Desenvolvimento Social; Dirlene Maria Soares, Diretora Adjunta da Gerência Regional de Saúde de Divinópolis, representando o Secretário de Estado de Saúde; Ten. Cel. Eduardo Campos Paulo, Comandante do 23º Batalhão de Polícia Militar, representando o Comandante-Geral da PMMG; Aparecida Dutra de Barros Quadros, Delegada Regional de Divinópolis, representando o Chefe de Polícia Civil; Major Luiz Antônio Alves de Mattos, Comandante do 10º Batalhão de Bombeiros Militar, representando o Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar; Vanderlei Capanema, Defensor Público, representando o Defensor Público-Geral.

II - Desenvolvimento da reunião

II.1) Exposições e discussão

O Deputado João Leite, após declarar aberta a reunião, falou sobre a realização das visitas desta Comissão às Risps e noticiou a realização do Fórum Técnico sobre segurança pública. Anunciou também a publicação, pela ALMG, de um livro para subsidiar os Deputados na apreciação do Orçamento do Estado e na revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental.

Vladimir de Faria considerou a saúde e a segurança como necessidades básicas,

entendendo que o avanço na segurança pública se dará a partir da atenção a essas duas áreas. Disse da importância da prevenção e da necessidade de se desenvolverem políticas públicas nas áreas social, cultural e de esporte. Citou o projeto esportivo conduzido nas escolas em parceria com o Guarani Esporte Clube e os projetos culturais realizados em conjunto com empresas privadas, como o Fazendo Arte – que atende a mais de 1.500 crianças no ensino da música em mais de 11 escolas. Falou sobre o ProJovem – no qual foram atendidos mais de 1000 jovens – e sobre o Casa Familiar Rural. Abordou o programa Pró-Adolescente, que já atendeu a mais de 100 crianças e adolescentes em vulnerabilidade social. Informou, ainda, que mais de 1.000 pessoas estão incluídas em projetos de educação de jovens e adultos no Município.

Defendeu a importância da prevenção ao uso de drogas, entendendo serem “a raiz” de mais de 80% dos crimes. Chamou a atenção para o trabalho do Conselho Municipal Antidrogas e das casas de recuperação, citando a Casa Esperança e a Vida Nossa Senhora de Fátima. Disse que houve crescimento no efetivo das forças de segurança – que conta com um curso técnico na área de segurança pública –, bem como no número de equipamentos e viaturas em Divinópolis. Informou que o Município conta com uma delegacia regional da Polícia Federal – a qual contribui no combate a vários crimes – e que a Prefeitura tem firmado convênios para auxiliar o trabalho das forças de segurança. Esclareceu que a contrapartida à assinatura desses convênios foi o aumento da equipe do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – Proerd – nas escolas, para um trabalho preventivo direcionado aos alunos.

Falou da parceria do Município com o Grupo Especializado de Policiamento em Áreas de Risco – Gepar –, considerando fundamental o envolvimento da comunidade. Destacou o trabalho da Associação Comunitária para Assuntos de Segurança Pública – Acasp – e dos Conseps, através dos quais as forças de segurança e a comunidade discutem sobre a segurança pública e buscam auxílio junto a empresários para melhorias em sua logística e aparelhamento. Por fim, externou sua preocupação quanto ao aumento do número de usuários do “crack” e destacou a relevância de uma política pública nacional capaz de envolver todos os entes federados, tanto na prevenção e recuperação de usuários, quanto no combate ao crime.

Aparecida Dutra esclareceu que o 7º Departamento da Polícia Civil é responsável em administrar as regiões dos Municípios de Bom Despacho, Divinópolis, Formiga e Pará de Minas. Saliou que, em Divinópolis, o tráfico e o consumo de drogas – em especial de “crack” – são fomentadores das demais práticas de crime e o “pano de fundo” do acentuado índice de furtos, roubos e homicídios. Considerou que as forças de segurança devem ser coordenadas em torno do tráfico de drogas e que as ações precisam envolver atividades sociais.

Quanto ao trabalho da Polícia Civil, declarou que existem metas básicas a serem cumpridas, como a produção de inquéritos e de TCOs. Disse que, além da produtividade nos inquéritos, deve-se levar em conta a taxa de elucidação dos crimes. Relatou que, neste ano, foram registrados nove homicídios em Divinópolis: dois foram sazonais e os demais tiveram

envolvimento com o tráfico de drogas. Manifestou preocupação quanto aos roubos, os quais incluiu no conceito de “criminalidade violenta”. Considerou que a prática de uma infração faz parte de um fenômeno social, motivo pelo qual somente é possível impedir a criminalidade reiterada.

Chamou a atenção para os crimes contra o patrimônio: além dos roubos, os furtos – que são praticados reiteradamente – têm relações com dívidas oriundas de drogas. Na região de Formiga, Arcos tem a maior concentração de crimes, e também Bambuí, em níveis menores. Na região de Bom Despacho, destacou Nova Serrana – carente de estrutura policial – e Pompéu, que suscita preocupação, mas em menor escala. Sobre a região de Pará de Minas, referiu-se ao efetivo na Polícia Civil: são sete cidades, poucas com Delegados e equipes. A maior criminalidade ocorre em Pitangui, Papagaios e São Gonçalo. Na região de Divinópolis, ressaltou Itaúna, que sofre interferência da criminalidade da região metropolitana de Belo Horizonte. Por fim, afirmou que, nas cidades citadas – pela proximidade com Belo Horizonte e pela facilidade de acesso através da BR-262 e da MG-050 –, há rotas de fuga de criminosos, realçando a necessidade de apoio das polícias rodoviárias nesses locais.

O Ten.-Cel. Eduardo Campos apresentou alguns dados sobre segurança pública na 7ª Risp – regiões de Bom Despacho, Divinópolis, Pará de Minas e Formiga –, com 51 Municípios. Ressaltou que o índice de vulnerabilidade juvenil na região de Divinópolis é o terceiro menor do Estado e o sétimo menor do País, opinando que o governo estadual tem realizado excelente trabalho nas áreas de integração e resultados.

Observou que os crimes violentos aumentaram no primeiro semestre de 2009, mas caíram a partir de agosto de 2009 e se reduziram de 50% a 60% nos primeiros meses de 2010. Ocorreram 5 ou 6 homicídios no ano passado, configurando tendência à queda. Divinópolis possui um índice de homicídio – de janeiro a maio deste ano – menor do que os de Sete Lagoas, Ipatinga, Governador Valadares e Santa Luzia, que são cidades do mesmo porte. Os crimes contra o patrimônio acompanharam a evolução dos crimes violentos, com alta nos meses de junho e julho de 2009, mas tendendo à redução em 2010.

Disse que tem havido mais apreensões de armas de fogo: 23 apreensões até maio – quase igual aos números de 2009 –, refletindo satisfatoriamente as ações das polícias. Quanto ao tráfico de drogas, apontou um crescimento significativo a partir de 2005, inclusive entre mulheres. Disse que o “crack” tem sido o maior problema, até porque vicia no primeiro uso, tornando a prevenção mais importante. Destacou o trabalho do Ministério Público, em parceria com a Polícia Militar, na apreensão de drogas e no combate ao tráfico.

Informou números referentes ao “ranking” de criminalidade do Estado, de janeiro a maio de 2010: Nova Serrana ocupa a 39ª posição, mas já chegou a ser a 3ª colocada; Divinópolis está na 45ª posição, mas já esteve na 8ª; em Itaúna, o índice não está ruim; Carmo do Cajuru também é tranquilo, apesar de acontecerem crimes. Ressaltou, também, o trabalho voluntário e constante realizado pela Acasp, que se adianta aos Conseps e contribui para a melhoria da segurança na

Região. Fez referência às mais de 20 instaladas em Divinópolis, com base no conceito de polícia comunitária: de Vizinhos Protegidos, de Comerciantes Solidários e de Postos Protegidos.

Citou o projeto social Comunidade Segura, desenvolvido na comunidade do Alto São João de Deus pelo Gepar, que conta com o apoio da Prefeitura e é muito importante para a comunidade, melhorando sua infraestrutura, acabando com o chamado “aviãozinho” do tráfico e contribuindo para reduzir a criminalidade. Outros projetos são o Proerd, com foco na prevenção, o Se Liga, que exhibe filmes para crianças carentes, e o Caia na Rede – em estruturação, com o apoio da Odebrecht e da Gerdau –, que franqueará microcomputadores à comunidade carente. Falou também sobre a banda de música, que ensina às crianças a tocar instrumentos. Relatou que, em Divinópolis, trabalha-se com duas Bases Comunitárias Móveis e duas patrulhas rurais. Destacou, por fim, a necessidade de criar um grupo de intervenção estratégica, como em Belo Horizonte, agregando o Ministério Público, as Polícias Militar e Civil, o Corpo de Bombeiros e do sistema penitenciário, para tratar sobre assuntos da criminalidade e da segurança pública.

O Maj. Luiz Antônio Alves discorreu sobre a atuação do Corpo de Bombeiros em Itaúna, Divinópolis, São Sebastião do Paraíso, Passos, Nova Serrana, Piumhi, Formiga e, em breve, em Pará de Minas. Informou que a área atribuída ao 10º Batalhão é 7,4% do território, abarcando 7,52% da população e 9,14% dos Municípios de Minas, existindo um bombeiro para 7.554 habitantes – o ideal seria um para 1.000. Há reuniões semanais entre o 10º Batalhão e as Polícias Civil e Militar na Acasp, para discutir sobre a segurança pública, bem como encontros com o Ministério Público, para discutir sobre eventos de impacto e participação conjunta. Disse que a meta da Corporação é a interação com a comunidade, inclusive por meio de projetos sociais. Citou o Bombeiro Sênior, com atividades para 97 idosos; o Bombeiro Mirim, que já atendeu a 339 crianças carentes de 8 a 13 anos; e o Projeto Golfinho, que já ensinou 658 crianças a nadar, sempre enfatizando o desenvolvimento de valores morais nas crianças. Por fim, lembrou que o 10º Batalhão participa de reuniões da Acisp para troca de informações e iniciativas integradas.

Fábio Barbieri ressaltou a integração das polícias Civil e Militar e o Ministério Público em Divinópolis, informando que existem 4 promotores voltados para a área criminal e 1 promotor de Execução Penal. Registrou que o trabalho da Promotoria decorre de uma investigação bem feita, pelo que salientou a importância da qualificação e da instrumentalização da Polícia Civil – mediante, por exemplo, a regionalização do Instituto de Criminalística.

O Deputado Durval Ângelo registrou que a segurança pública deve ser vista de forma sistêmica, como assunto de defesa social, gerando o comprometimento de todos.

Discorreu sobre o exemplo de melhoria da segurança pública na cidade de Nova York, considerando que os bons resultados foram alcançados em decorrência da vontade política. Lembrou que o Prefeito daquela cidade quis mudar essa realidade, não discutir se a segurança pública e a violência eram de competência federal ou estadual. Recordou ainda que foi montada uma nova polícia, inclusive com melhoria dos salários dos policiais e criação de uma Corregedoria

muito rígida. A partir daí, passou-se a um envolvimento com a comunidade e adoção de políticas públicas, de lazer, por exemplo.

O Delegado Daniel Souza relatou que a Polícia Federal possui uma Delegacia Regional em Divinópolis, responsável por 77 Municípios da Região Centro Oeste – de Itaúna a São Sebastião do Paraíso. Ressaltou problema do tráfico de drogas, enfatizando o “crack”. Falou que o trabalho da Polícia Federal consiste em detectar os grandes traficantes. No entanto, essa figura, que exerceria um comando geral, não existe mais, havendo, na verdade, “vários pequenos traficantes”, o que transformou o tráfico em comércio. Disse que trabalho da Polícia Federal deve ser integrado, mas a falta de estrutura, especialmente, das Polícias Civil e Militar, o dificulta. Considerou que o Estado deve valorizar as polícias – dos salário à técnica, do treinamento ao aparelhamento –, a exemplo do Rio de Janeiro, que já começa a obter resultados. Disse que a polícia se faz com investimento, como a Polícia Federal, que tem o maior orçamento do Ministério da Justiça, forma bons policiais e combate efetivamente a criminalidade.

O Defensor Público Vanderlei Capanema elogiou a cooperação entre os órgãos do Estado, imbuídos em melhorar a segurança. Enfatizando a importância de cada policial, disse que a Defensoria procura cooperar com a segurança pública de forma harmônica e em busca da justiça.

Cláudia Brígido constatou que a 7ª Região está realmente integrada, com base em resultados, índices e acompanhamentos. Concordou em que segurança pública é pro-atividade, a busca da prevenção sem descuido com a repressão. O trabalho de gestão tem valorizado experiências exitosas, transitando-as entre as regiões. Fazer segurança pública é também trazer à comunidade o Consep e resgatar o compromisso da sociedade. Considerou que, como se realizam várias festas em Divinópolis, deve ser criada, como em outras regiões, a Comissão de Monitoramento da Violência em Eventos Esportivos e Culturais. Por fim, referindo-se ao acompanhamento trimestral e quadrimestral dos números sobre o acordo de resultados e o Igesp, frisou que também melhorou a sensação subjetiva de segurança.

Maria das Graças disse que todos os problemas sociais, familiares e de segurança repercutem nas escolas, várias em área de risco: duas estão dentro do Presídio Floramar e outra está no Centro Socioeducativo. Considerando-se ainda toda a jurisdição da Superintendência Regional de Ensino, fica patente que as ações da educação e da segurança se entrelaçam. Concluiu afirmando que os alunos, se formados por meio da sensibilidade, acolherão mais facilmente a educação para o trânsito, o meio ambiente, o respeito e a ética.

Elizânia de Oliveira informou que o Estado desenvolve, na área da criança e do adolescente, a campanha Proteja Nossas Crianças. Em Divinópolis, a regional trabalha com o Município. Abordou a parceria com a rede socioassistencial e a campanha contra a exploração sexual infantil. Por fim, colocou a Sedese à disposição para a garantia da segurança pública.

Dirlene Maria relatou que a SES tem 28 Gerências Regionais de Saúde. Empenhada na prevenção contra a violência, promovendo a saúde e a cultura da paz, a Gerência Regional de

Saúde de Divinópolis capacitou os 55 Municípios que abrange, para notificar as doenças que impactam e os agravos não transmissíveis, entre as quais a violência, a droga e o tabagismo. Informou existirem 8 Caps AD: em Bom Sucesso, Oliveira, Santo Antônio do Amparo, Santo Antônio do Monte, Candeias, Divinópolis, Formiga e Pará de Minas.

O Deputado João Leite opinou que o Caps AD corresponderia ao SUS no âmbito federal, mas voltado aos dependentes químicos a serem atendidos durante o dia, uma vez que a rede de saúde só é disponível para casos de “overdose” ou crises de abstinência. Ressaltou que o Presidente da República anunciou recursos para o tratamento de dependentes e usuários, mas o Ministério da Saúde entende que as comunidades terapêuticas não são ligadas à área de saúde. Todavia, não se pode devolver o dependente, simplesmente, a famílias sem possibilidade de providenciar internação. Disse que a droga, nas 13 audiências desta Comissão, foi apontada como o grande problema de segurança pública. Trata-se de uma epidemia, cuja gravidade demanda um novo pacto. O governo federal está atento ao assunto, mas tem de chegar aos Municípios, onde está o usuário que precisa ser tratado.

O Vereador Beto Machado, frisou que a Câmara Municipal é parceira no trabalho de segurança. Informou que a Casa possui uma comissão de direitos humanos e promove ações como o Parlamento Jovem. No entanto, considerou existirem falhas, especialmente pela inexistência de uma comissão de segurança pública, órgão que propiciaria a promoção de debates em conjunto com as forças policiais e a sociedade civil organizada.

O Deputado Rinaldo Valério relatou que Divinópolis possui duas bases comunitárias móveis – “vans”, bicicletas e motos – e a 1ª Delegacia Móvel de Divinópolis, que está sendo equipada. Enfatizou a importância da Rede de Vizinhos Protegidos, pois trata-se de um programa de integração entre os vizinhos “para melhorar a segurança” no seu local de moradia.

O Deputado Domingos Sávio afirmou que a integração de todos os segmentos e entes federados mostra-se fundamental na questão da segurança pública. Reconheceu o esforço da Polícia Federal, das forças de segurança pública estadual e dos Municípios no combate à criminalidade, bem como dos órgãos de apoio – Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Secretarias. Disse que os gastos com o Corpo de Bombeiros dobrou nos últimos anos, com o aumento de equipamentos e do custo de folha de pagamento. Observou que o mesmo ocorreu em relação às Polícias Militar e Civil e à estrutura de segurança pública. Havia 5 mil vagas no sistema penitenciário, hoje são 30 mil. Todavia, o Estado precisa investir ainda mais, especialmente em relação à valorização das carreiras militar e civil. Elogiou a atuação da Polícia Federal, mas ponderou que ainda é insuficiente em uma macrorregião, como o Centro-Oeste mineiro, “um dos mais populosos corredores de tráfico”.

Ressaltou ainda a importância da PEC nº 300, que institui um piso salarial para os policiais nos Estados. Mas, considerando-se a realidade fiscal, torna-se difícil garantir o pagamento: mais de 60% do arrecadado fica com a União, pouco mais de 20% com o Estado e cerca de 12% com

os Municípios. Eis discussão chave, pois a segurança deve ser entendida como responsabilidade de todas as instâncias governamentais, mesmo que seja necessário modificar a legislação. Considerou que o Estado está no caminho certo: os investimentos em segurança pública dobraram nos últimos sete anos, contribuindo para que a criminalidade voltasse aos índices de 10 anos atrás. Pediu que seja licitada a construção da sede da Risp, ampliada a Colônia Penal Floramar e implantado um espaço para presos albergados. Hoje, o Departamento de Polícia Civil e a 2ª Região Militar funcionam em um lugar improvisado, sem estrutura adequada.

Halph Carvalho de Oliveira, Coordenador da Casa de Recuperação Conexão Vida, disse que as casas de recuperação existentes nos Municípios de Arcos e Lagoa da Prata recebem apenas uma pequena subvenção das Prefeituras, apesar dos grandes custos. Considerou que o Legislativo precisa incentivar a criação de instituições de recuperação para dependentes químicos e alcólatras, sem custo para os internos. Entregou, ao Presidente da Comissão, documento para encaminhamento à Superintendência Antidrogas, solicitando tais providências.

A Deputada Maria Tereza ressaltou que a segurança pública compete às três esferas de Poder e à sociedade civil. Falou sobre o avanço na integração das polícias e na valorização das polícias comunitárias, mas insistiu na valorização e melhoria das comunidades terapêuticas.

O Deputado João Leite apresentou dados da Fundação João Pinheiro sobre Uberlândia: aumento de 46% no número de homicídios – ligados ao tráfico de drogas, haja vista a proximidade com outros Estados –, enquanto no restante de Minas houve diminuição da criminalidade violenta. Depois, perguntou se há uma companhia independente de trânsito rodoviário estadual.

O Ten-Cel. Eduardo Campos, em resposta ao questionamento do Deputado João Leite, informou que, em Bom Despacho, há uma sede em que a Polícia Rodoviária Estadual e de Meio Ambiente atuam juntas. Esclareceu que há um pelotão da Polícia Rodoviária Estadual sediado em Divinópolis, e outros em Carmo do Cajuru e Formiga. Lembrou, também, que as rodovias federais não estão delegadas à PM.

Abordou a situação de Conceição do Pará. Disse que, com o “aperto ao cerco” em Divinópolis e Nova Serrana, há consequências para o referido Município. Falou que a criminalidade de Nova Serrana, especialmente, tem contaminado outras localidades, como o Distrito de Brumado, em Pitangui, e os Municípios de Perdígão e Conceição do Pará.

O Maj. Luiz Antônio Alves informou que o 10º Batalhão está disposto na BR-262 – particularmente em Nova Serrana – e que há demanda também pelo pelotão de Itaúna, na BR-381 e ao longo da MG-050. O Corpo de Bombeiros atende em rodovias federal e estadual.

Aparecida Dutra, ao responder a uma pergunta, esclareceu que existem presos custodiados pela Polícia Civil e grande demanda por cadeias públicas. Há duas cadeias na região, em Cláudio e, com 48 a 50 presos, em Carmo do Cajuru. Registrou uma superlotação em Itaúna até março – 178 presos – e externou sua preocupação com as cadeias de Pitangui e Bom

Despacho. Informou que o Presídio Floramar está superlotado e que as penitenciárias de Formiga e Pará de Minas, além do presídio de Divinópolis, comportam presos de outras cidades.

Relatou a proximidade de Divinópolis, Nova Serrana e Itaúna com os grandes centros, bem como da BR-262 e da MG-050, e reafirmou a necessidade da cooperação entre as Polícias Rodoviárias Estadual e Federal, especialmente em Nova Serrana. Destacou também a situação de Formiga – roubos e furtos em fazendas –, bem como de São Gonçalo do Pará e Conceição do Pará, municípios onde o aumento da criminalidade germina na ausência de estrutura e de pessoal para atender a demanda.

Salientou que o 7º Departamento possui 51 cidades e 380 policiais civis. Lembrou que Divinópolis – com 220 mil habitantes – possui um efetivo irrisório, e os Municípios de Cláudio e Cajuru contam com apenas um policial. Destacou que em Perdigoão não existe sequer um policial civil. Verificou que o trabalho é não raro realizado por agentes da Prefeitura. Lembrou a deficiência na questão técnica: não existe um posto de perícia em Divinópolis, pelo que solicitou a esta Comissão que intercedesse pela sua implantação, que atenderia a quatro regionais.

O Ten. Rodrigo, Chefe da Seção de Emprego Operacional da 7ª Cia. de Meio Ambiente e Trânsito, sediada em Bom Despacho, declarou que os acidentes das BRs 494, 352 e 354, que são rodovias delegadas, causam preocupação. Mas o maior problema é a MG-050, em decorrência do fluxo de veículos e da maior periculosidade, em especial nos feriados prolongados. A manutenção das rodovias fica a cargo, as delegadas, do DNIT, as estaduais, do DER. Informou que, na MG-050, a apreensão de armas de fogo e de drogas tem crescido com a intensificação de operações e do controle. Geralmente, as armas apreendidas vêm de cidades da 18ª Região ou de outros Estados, como São Paulo. No âmbito da 7ª Cia. de Meio Ambiente e Trânsito, a maior apreensão de armas é feita na zona rural, referente à prática de crimes ambientais.

II.2) Encaminhamentos aprovados:

a) ofício, ao Chefe de Polícia Civil, solicitando a regionalização do Instituto de Criminalística no âmbito da 7º Risp;

b) ofício, à Polícia Rodoviária Federal, solicitando informações sobre a estrutura, o efetivo, os pontos de atendimento e os quilômetros totais sob jurisdição dessa Corporação, nos trechos das rodovias federais BR-381 e BR-262, que cortam a região Centro-Oeste do Estado;

c) ofício, ao Comando da Polícia Militar e ao Chefe de Polícia Civil, solicitando informações e providências sobre o aumento da criminalidade no Município de Conceição do Pará;

d) ofício, ao Secretário de Defesa Social, solicitando providências para:

- ampliação da estrutura dos órgãos de defesa social nos Municípios de Nova Serrana, São Gonçalo do Pará, Perdigoão e Conceição do Pará;

- construção de um albergue e ampliação da Colônia Penal Floramar em Divinópolis;

- construção da sede da 7º Risp;
- e) ofício, à Polícia Rodoviária Estadual, solicitando informações sobre as rodovias federais delegadas a essa patrulha, com suas identificações e quilometragens.

III - Principais pontos abordados

III.1) Problemas:

- a) o número de usuários de “crack” tem aumentado na região a partir de 2005;
- b) o tráfico e o consumo de drogas são fomentadores das demais práticas de crime;
- c) na região de Formiga, Arcos tem a maior concentração de crimes, seguida por Bambuí;
- d) na região de Bom Despacho, há maior criminalidade em Nova Serrana e Pompéu;
- e) na região de Pará de Minas, poucas cidades possuem Delegados e policiais civis, sendo que Pitangui, Papagaios e São Gonçalo possuem maior criminalidade;
- f) Itaúna e Itatiaiuçu são afetados pela criminalidade da região metropolitana da Capital;
- g) o aumento da criminalidade em Nova Serrana tem contaminado outras localidades, como o Distrito de Brumado, em Pitangui, e os Municípios de Perdígão e Conceição do Pará;
- h) o número de mulheres usuárias de drogas aumentou na região;
- i) as casas de recuperação são poucas e carecem de subsídios do Estado;
- j) existem vários presos custodiados pela Polícia Civil;
- k) há superlotação no Presídio Floramar;
- l) as unidades prisionais de Formiga, Pará de Minas e Divinópolis recebem presos de outras localidades;
- m) aumento da criminalidade em São Gonçalo do Pará e Conceição do Pará, em contraposição à falta de estrutura e policiais;
- n) existe apenas um policial em Cláudio e em Cajuru, e nenhum na cidade de Perdígão;
- o) as BRs-494, 352 e 354 e, principalmente, a MG-050, têm maior número de acidentes.

III.2) Resultados positivos:

- a) integração do trabalho das Polícias Civil e Militar;
- b) crescimento do efetivo das forças de segurança, e seus equipamentos e viaturas em Divinópolis;
- c) implantação de uma Delegacia Regional da Polícia Federal na região;
- d) parcerias e convênios da Prefeitura de Divinópolis com as forças de segurança;
- e) aumento da equipe do Proerd nas escolas do Município;

- f) a vulnerabilidade juvenil na região é a 3ª menor do Estado e a 7ª menor do País;
- g) em Divinópolis, o número de crimes violentos aumentou no primeiro semestre de 2009 e se reduziu de 50% a 60% neste ano;
- h) em Divinópolis, o índice de homicídio é menor do que de outras cidades do mesmo porte e há uma tendência de redução nos crimes contra o patrimônio;
- i) aumento de apreensões de armas de fogo;
- j) queda no “ranking” estadual da criminalidade de Nova Serrana, da 3ª para 39ª posição, e de Divinópolis, da 8ª para a 45ª posição;
- k) há mais de 20 redes de proteção em Divinópolis, com base na polícia comunitária;
- l) intensificação de operações e apreensões de armas de fogo e de drogas na MG-050.

III.3) Carências a serem supridas:

- a) aumentar os efetivos das forças de segurança pública;
- b) ampliar políticas públicas nas áreas social, cultural e de esportes;
- c) melhorar a integração entre os entes federados para o combate ao tráfico, a prevenção e a recuperação dos usuários do “crack”;
- d) ampliar a cooperação entre as polícias rodoviárias e as Polícias Civil e Militar;
- e) intensificar o trabalho das polícias rodoviárias na BR-262 e na MG-050;
- f) qualificar e instrumentalizar as polícias, em especial, a Polícia Civil;
- g) regionalizar o Instituto de Criminalística;
- h) fortalecer as comunidades terapêuticas;
- i) criar uma comissão de segurança pública na Câmara Municipal de Divinópolis;
- j) construir a sede física da 7ª Risp;
- k) ampliar a Colônia Penal Floramar e construir um albergue no Município de Contagem;
- l) incentivar a criação de casas públicas estaduais de recuperação para dependentes químicos e alcólatras;
- m) aumentar o número de cadeias públicas;
- n) criar um posto de perícia em Divinópolis.